

Relatório de Administração

Senhores Acionistas:
É com satisfação que apresentamos nosso Relatório e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012. Em 2012 continuamos cumprindo o planejamento traçado anteriormente, no qual fiz respeito às principais estratégias da Cia. Destacamos os seguintes pontos: **1)** Em 2012 tivemos finalmente a confirmação final, com superintendência da Zona Franca de Manaus – no que diz respeito a uma taxa inconstitucional, que foi cobrada da IGB, na década de 90. Com essa decisão final, tomamos as medidas para iniciar a execução desse crédito, que supera R\$ 324 milhões, que se encontra devidamente contabilizado. **2)** Arrendamento – Nesse exercício, iniciaram-se os créditos a favor da IGB,

referentes ao Contrato de Arrendamento de Ativos (Imobilizado técnico, prédios, terrenos e propriedade intelectual, arrendados à CBTD – Cia. Brasileira de Tecnologia Digital). As receitas desse arrendamento se destinam a quitar nossos compromissos do plano de Recuperação Extrajudicial, homologado em 2011. Neste exercício foi alterado o critério de contabilização das receitas de arrendamento, passando a reconhecer as receitas por período de competência. **3)** Ainda nesse exercício demos continuidade à locação de ativos que não fazem parte do Contrato de Arrendamento da CBTD, que fazem parte dos três Parques Industriais que a empresa possui, na cidade de Manaus. As receitas provenientes dessas locações são contabilizadas mensalmente, e cobrem despesas correntes e redução de passivos não abrangidos pelo plano de Recuperação Extra-Judicial. **4)** Patrimônio

Líquido – Como resultado dessas ocorrências, nosso patrimônio líquido, que ficou negativo em torno de R\$ 500 milhões durante mais de cinco anos, reduziu-se a R\$ 55,7 milhões, ainda negativos. Em decorrência disso, a Cia. se encontra solvente e caminhando para a normalidade. **5)** Também no exercício de 2012 passamos a utilizar, através da CBTD, arrendatária das nossas marcas, a marca Gradiente iPhone, cujo registro foi solicitado no ano de 2000. No próprio ano 2000 a empresa lançou um produto marca Gradiente iPhone, tendo deixado de utilizar essa marca durante o período em que esteve em reestruturação. No final de 2012, com o início das atividades da CBTD, foi possível utilizar essa marca, de nossa propriedade, contida no Contrato de Arrendamento. A empresa tomou, no começo do exercício de 2013, medidas legais para proteger e defender sua marca. A confirmação

pelo INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial – que o direito de uso da marca iPhone no Brasil pertence à Gradiente poderá, eventualmente, produzir efeito positivo no patrimônio da IGB. Não é possível, neste momento, apresentar um diagnóstico sobre qual será o resultado dessas providências da IGB, no campo judicial. **6)** O aproveitamento da Base Negativa de CSLL mais o Prejuízo Fiscal foi avaliado tecnicamente, através de uma auditoria independente, que produziu um relatório de viabilidade de sua utilização, confirmando o acerto da nossa decisão de contabilizá-la no final de 2011. Valor em 31/12/12 R\$ 262 milhões. Aproveitamos a oportunidade para fazer um agradecimento especial pela confiança que nosso mais de 2000 acionistas minoritários, que em nosso acompanhando todos os nossos passos, apresentando sugestões, e torcendo pelo nosso sucesso.

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante	4.065	7.816	4.065	7.817
Disponibilidades	214	214	214	215
Estoques	1.142	1.142	1.142	1.142
Impostos, Taxas e Contrib. a recuperar	532	985	532	985
Adiantamentos diversos	249	2.960	249	2.960
Despesas do exercício seguinte	–	–	–	–
Outras contas a receber	1.928	2.515	1.928	2.515
Não Circulante	740.949	1.067.279	740.949	796.550
Realizável a longo prazo	655.126	790.760	655.126	690.775
Contas a receber	53.610	418.944	53.610	418.944
Taxa da SUFRAMA	324.893	–	324.893	–
Demais tributos a recuperar	9.765	9.386	9.765	9.386
Partes relacionadas a	–	99.985	–	–
Depósitos judiciais	4.887	5.387	4.887	5.387
IRPJ e CSLL Diferidos	261.971	257.058	261.971	257.058
Investimentos	1	170.744	–	–
Intangíveis	94	94	94	94
Imobilizado	85.728	105.681	85.728	105.681
	85.823	276.519	85.822	105.775
Total do ativo	745.014	1.075.095	745.013	804.367

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante	42.046	39.141	42.760	39.828
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–
Fornecedores	3.652	4.400	3.655	4.404
Salários e encargos sociais e provisões	12.278	11.474	12.623	11.819
Impostos, taxas e contrib. a recolher	23.150	21.931	23.516	22.269
Impostos parcelados	–	–	–	–
Provisão para garantia	1.414	1.336	1.414	1.336
Provisão para perda com investimentos	–	–	–	–
Outras provisões	–	–	–	–
Demais contas a pagar	1.552	–	1.552	–
Não circulante	758.678	1.268.472	757.963	997.056
Exigível a longo prazo	–	–	–	–
Cretores	433.201	676.322	433.201	414.540
Receta diferida (Arrendamento)	53.610	418.944	53.610	418.944
Impostos parcelados	96.445	92.649	96.513	92.712
Provisão para contingências	156.608	62.896	159.224	65.517
Provisão para garantia	5.655	5.343	5.655	5.343
Provisão para perda com investimentos	3.399	3.371	–	–
Partes relacionadas a	9.760	8.947	9.760	–
Passivo a descoberto representado por:	–	–	–	–
Capital Social	41.000	41.000	41.000	41.000
Ajuste de avaliação patrimonial	3.746	3.746	3.746	3.746
Lucros/Prejuízos acumulados	(100.456)	(277.264)	(100.456)	(277.263)
Patrimônio Líquido	(55.710)	(232.518)	(55.710)	(232.517)
Total do passivo	745.014	1.075.095	745.013	804.367

Notas Explicativas

1. Contexto operacional – Atualmente a IGB Eletrônica S.A. (“IGB” ou “Companhia”) tem como objetivo administrar seu passivo, o qual vem sendo equacionado por meio da alocação de recursos provenientes do aluguel de determinados imóveis industriais e comerciais, assim como do arrendamento, para a Cia. Brasileira de Tecnologia Digital (“CBTD”), da marca “Gradiente”, de máquinas, de equipamentos e de alguns imóveis específicos, com o fim de viabilizar, por meio desta nova empresa, a produção e comercialização de produtos de eletrônica de consumo. Com essas medidas, a IGB tem, com sucesso, conseguido reduzir drasticamente seus custos fixos e, como consequência, alocar suas receitas ao pagamento de suas dívidas. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e, ainda, em consonância com os requisitos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, seguindo critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social. As demonstrações financeiras da Cia. incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes e a determinações de outros prováveis similares. Os resultados reais podem, portanto, apresentar variações em relação a essas estimativas. **3. Ajuste do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **(b) Ativos e passivos sujeitos à indexação:** Os ativos e passivos em reais e contratualmente sujeitos à indexação são atualizados aplicando-se os índices correspondentes. Os ganhos e perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período. **(c) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social, quando incidentes, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido, considerando a compensação de tributos fiscais e base negativa de contribuição social. **(d) Outros ativos e passivos circulares e a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **(e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”):** A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se há eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável. **(f) Ajuste a valor presente:** Conforme avaliado pela Cia., não houve a necessidade de ajuste a valor presente aos ativos e passivos de curto e longo prazos em atendimento ao previsto no CPC 12. **(g) Arrendamento de Ativos:** A partir de 01/07/11 passou a vigiar o Contrato de Arrendamento de Ativos/Opções que a Cia. celebrou com a CBTD – Cia. Brasileira de Tecnologia Digital. Através de tal contrato, a Cia. realizou entre julho de 2013 e março de 2020 um resultado de R\$ 439,6 milhões, que se destinará a quitar os passivos com Cretores (nota 10) nos mesmos prazos, vencimentos e indexação. **4. Passivos** estão incluídos no Plano de Recuperação Extrajudicial homologado em maio de 2010 e posteriormente atualizado. O arrendamento refere-se a bens de propriedade intelectual (75% do valor) e parte do ativo imobilizado da empresa (25% do valor). A IGB arrendou cerca de 12% dos imóveis. Conseqüentemente não estão incluídos no arrendamento 88% dos imóveis (terrenos e edificações) e feramental da IGB. **(h) Consolidação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2012 e de 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Cia. e suas controladas diretas, conforme abaixo:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Longo prazo	–	–	–	–
Cia. Tilestar – Mútuo (i)	–	99.985	–	–
Pólios Armazéns Gerais	7	–	–	–
Mits Empreendimentos Imobiliários	166	–	166	–
Skurge Participações	320	–	320	–
Provisão perdas – Mútuo	–	–	–	–
Investimento – Participações (c)	188.883	170.744	188.883	–
Provisão perdas Investimento	(188.882)	–	(188.882)	–
Demais – Mútuo	1	–	1	–
Total	495	270.729	495	–
Partes relacionadas – Passivo	–	–	–	–
Longo prazo	–	–	–	–
Eurobonds (i.a)	292.254	270.729	292.254	–
Provisão retificadora – Eurobonds	(292.253)	–	(292.253)	–
NP& Adm e Participações	10.254	8.946	10.254	8.946
Total	10.255	279.675	10.255	8.946
Saldo Líquido de Partes Relacionadas	(9.760)	(8.946)	(9.760)	(8.946)

Taxa depr. Anual – %	Custo corrigido		Depreciação acumulada		Valor residual	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Terrenos	4	–	25,608	–	25,608	–
Edifícios	4	–	60,192	–	44,392	–
Máquinas e equipamentos	4	–	32,554	–	9,420	–
Móveis e utensílios	10	–	5,374	–	(5,372)	–
Equipamentos de informática	24	–	36,746	–	36,746	–
Aparelhos e instrumentos	12	–	12,403	–	(11,834)	–
Feramental	13	–	15,698	–	(15,698)	–
Instalações	10	–	15,097	–	(9,360)	–
Total	16	–	203.672	–	(117.944)	–
Intangível	–	–	94	–	94	–
Total	16	–	203.766	–	(117.944)	–

Depreciação acumulada	Custo corrigido		Depreciação acumulada		Valor residual	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Terrenos	–	–	25,608	–	25,608	–
Edifícios	–	–	60,192	–	44,392	–
Máquinas e equipamentos	–	–	32,554	–	9,420	–
Móveis e utensílios	–	–	5,374	–	(5,372)	–
Equipamentos de informática	–	–	36,746	–	36,746	–
Aparelhos e instrumentos	–	–	12,403	–	(11,834)	–
Feramental	–	–	15,698	–	(15,698)	–
Instalações	–	–	15,097	–	(9,360)	–
Total	–	–	85.728	–	(117.944)	–
Intangível	–	–	94	–	94	–
Total	–	–	85.822	–	(117.944)	–

O Contrato de Arrendamento de bens celebrado com a CBTD abrange 12% de terrenos, edifícios e instalações; a totalidade das contas de máquinas e equipamentos; móveis e utensílios; equipamentos de informática; aparelhos de instrumentos. Não abrange a conta feramental.

10. Cretores
Curto prazo: Nacionais (a)
Longo prazo: Cretores (b)

Credores	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Curto prazo: Nacionais (a)	3.652	4.400	3.655	4.404
Longo prazo: Cretores (b)	433.201	676.322	433.201	414.540
Total	436.853	680.722	436.856	418.944

(a) Cretores nacionais a pagar no curto prazo. **(b) Cretores – LP –** incluem os créditos do Plano de Recuperação Extrajudicial: No dia 24/09/2009, foi firmado o Plano de Recuperação Extrajudicial da IGB com seus credores (bancos e o plano de alongamento da dívida da IGB estabelecimento de novos prazos e condições para pagamento do saldo devedor. O “Plano de Recuperação Extrajudicial” da “Gradiente” doravante denominado simplesmente “Plano” foi protocolado em Juízo no dia 09/12/09 e homologado na Justiça em 24/05/2010. Em 23/03/2011, foi firmado com os credores um aditamento ao “Plano”, que contou com a adesão de credores que representam mais de 67% dos créditos, que atualiza os prazos e condições de pagamento. O aditamento foi juntado aos autos do processo de Recuperação Extra Judicial nº 100.09.346208-0/2.ª Vara de Falcência e Recuperação Extra Judicial de São Paulo, passando a integrar o “Plano” e com isso levado ao conhecimento de todos os credores sujeitos ao efeito do “Plano”. O aditamento contém disposições gerais que definem eventual alteração no prazo de pagamento (antecipação ou postergação) condicionados ao EBTDA e caixa mínimo da Cia. Brasileira de Tecnologia Digital – CBTD que pagará diretamente os credores por conta e ordem da IGB Eletrônica S/A. Este aditamento determina, ainda, que o saldo devedor será pago aos credores abrangidos pelo “Plano”: * 2.1.1. Para credores com valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais); a) Prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data em que ocorrer a capitalização da Cia., prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.2011. Os valores dos créditos, apurados em 21/09/2009, passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI – apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por conversão entre as partes, poderão, alternativamente, serem utilizados os índices da Taxa Referencial – TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor encerrado incorporado ao saldo devedor que será pago na forma disposta no item “b)” deste subitem; b) Fim do prazo de carência o saldo devedor será dividido em 28 (vinte e oito) parcelas iguais, trinta e sucessivas, a serem pagas no prazo de 07 (sete) anos. Cada parcela será acrescida de sua correspondente atualização monetária calculada pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por conversão entre as partes, poderão, alternativamente, serem utilizados os índices da Taxa Referencial – TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano. 2.1.2. Para credores com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); a) Os credores de valores até R\$ 1.000,00 (mil reais) deverão ser pagos, em parcela única, até *1/07/2010. Esta etapa já foi realizada; b) Os credores de valores acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deverão ser pagos em parcela única até 30/06/2013; c) Os credores de valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) deverão ser pagos em 3 (três) parcelas iguais até 30/06/2013, 30/06/2014 e 30/06/2015. d) Esses créditos, apurados em 21/09/2009, passarão a ser corrigidos a partir da data em que ocorrer a capitalização da Cia., prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.2011. Os valores dos créditos dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano, durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor. Cada parcela será paga acrescida de sua correspondente atualização monetária, calculada na forma supra mencionada ou, na hipótese de haver a impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por conversão entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial – TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano.

Credores	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários	–	46	–	46
Encargos Sociais	11.929	11.381	12.274	11.726
Provisões	349	47	349	47
Total	12.278	11.474	12.623	11.819

Encargos Sociais são verbas de INSS, FGTS, Contribuição Sindical e SESI-Senai a recolher **12. Obrigações fiscais**

Credores	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Curto prazo	–	–	–	–
PIS e COFINS	1.058	700	1.058	700
ICMS	7.148	6.845	7.397	7.066
IRPJ	474	459	474	459
IRRF	3.358	3.243	3.357	3.839
Outros	11.112	10.105	11.134	10.105
Total	23.150	21.931	23.516	22.269

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

lmos. Sr. Administradores e Acionistas da IGB Eletrônica S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IGB Eletrônica S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2012 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com as normas internacionais do Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas aos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos

riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia.. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de base obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Conforme apresentado na nota explicativa No 7, a Cia. possui participações em controladas no mont